

INFORME RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

[semanal]

IRP Nº 32 – ano 2025

04 a 08 de agosto de 2025



Sumário

- Agenda da ALEP para o segundo semestre de 2026;
- Sessões Itinerantes da ALEP na AGROLEITE 2026.;
- Articulações para alteração do sistema eleitoral;

AGENDA DO SEGUNDO SEMESTRE LEGISLATIVO DA ELEP

A Assembleia Legislativa do Paraná retomou os trabalhos legislativos nesta semana com uma agenda robusta para o segundo semestre de 2025. Entre os destaques, estão a **tramitação da Lei Orçamentária Anual (LOA)**, o **novo Código de Ética do Parlamento** e o **inédito Código do Empreendedor Paranaense**. Nesta semana o presidente da Casa, deputado Alexandre Curi (PSD), destacou a produtividade do primeiro semestre, com a realização de **71 sessões plenárias** e a **aproviação de 263 leis**, incluindo iniciativas relevantes em diversas áreas.

O Código do Empreendedor Paranaense surge como uma das principais propostas da segunda metade do ano. A iniciativa pretende **revisar e consolidar a vasta legislação estadual que impacta diretamente as atividades econômicas**, promovendo desburocratização e mais segurança jurídica para quem deseja empreender. Em relação ao novo Código de Ética da ALEP, a expectativa é de que a proposta seja votada até o fim de agosto. Nesta semana o texto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), sob a relatoria do deputado Ademar Traiano (PSD), e também foi apreciado em primeiro turno no plenário.

A **pauta nacional** continua a ressoar com força no plenário da Assembleia Legislativa do Paraná. Na primeira sessão após o recesso parlamentar, os discursos foram marcados pela polarização: parlamentares mais alinhados à direita **defenderam o ex-presidente Jair Bolsonaro** e repercutiram os desdobramentos do cenário político nacional, enquanto os deputados de esquerda destacaram a recente **filiação do ex-governador Roberto Requião e do deputado Requião Filho ao PDT**, além dos resultados do **Processo de Eleições Diretas (PED) do PT**, que reconduziu o deputado Arilson Chioratto à presidência estadual da legenda.

Já os deputados da base governista concentraram seus discursos na **força política do PSD no cenário nacional** e na possível candidatura presidencial do **governador Ratinho Júnior em 2026**. Também apresentaram como prioridades para o segundo semestre temas como o reajuste do funcionalismo público estadual e a volta da discussão do projeto de lei que trata do programa CNH Social.



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO PARANÁ**

ALEP RETOMA AGENDA DE SESSÕES ITINERANTES

As **Sessões Itinerantes da Assembleia Legislativa do Paraná** são uma iniciativa que visa levar o trabalho do Poder Legislativo para as diversas regiões do estado, aproximando deputados e a população de forma direta e participativa. Criado em 2023, o programa **Assembleia Itinerante promove sessões especiais em cidades do interior, e em sua nova versão, em bairros da capital**, buscando "encurtar as distâncias entre a capital e o interior" e ampliar a escuta qualificada das demandas locais para aprimorar a elaboração de políticas públicas.

A principal importância dessas sessões itinerantes está na interiorização das atividades legislativas, **permitindo a participação mais ativa dos cidadãos que, de outra forma, teriam dificuldade para acessar a sede da Assembleia em Curitiba**. Elas fortalecem a conexão entre governo e sociedade, fortalece a democracia possibilitando que sugestões, críticas e ideias sejam diretamente recebidas pelos parlamentares. Isso contribui para a construção de políticas públicas alinhadas as realidades locais.

Além das sessões, o programa promove capacitações e oferece serviços gratuitos, como **palestras para gestores públicos e cidadãos**, atendimentos em saúde, orientação sobre direitos e oportunidades de emprego, reforçando o compromisso de prestar um atendimento integrado à população. A realização desses encontros em eventos populares ou locais estratégicos das cidades fortalece o sentimento democrático e o exercício da cidadania.

Em síntese, as **sessões itinerantes da Assembleia do Paraná são ferramentas essenciais para aproximar o Legislativo do cidadão, democratizar o acesso às decisões políticas e promover uma governança mais transparente, eficiente e conectado às realidades regionais do estado**.



AGROLEITE DE CASTRO, RECEBE ASSEMBLEIA ITINERANTE



Na última quarta-feira (6), durante a 25ª edição da Assembleia Itinerante, foi realizada no município de Castro, a capital nacional do Leite, em evento organizado pela Cooperativa Castrolanda, a Agroleite 2026. Os deputados estaduais participaram de uma sessão especial marcada por homenagens a mais de 100 pessoas e entidades que se destacam pelo trabalho em prol do desenvolvimento dos Campos Gerais. A iniciativa, realizada em um dos principais eventos do agronegócio paranaense e vitrine da tecnologia da cadeia produtiva leiteira do Paraná, contou com a presença de autoridades, produtores rurais, lideranças regionais e membros da sociedade civil, reforçando o compromisso do Legislativo com sua interiorização.

Os visitantes que passaram pelo Agroleite tiveram acesso a diversos serviços, como assessoria jurídica gratuita prestada pela Defensoria Pública do Paraná e atendimento técnico do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR). Estão disponíveis serviços como emissão do título de eleitor (para maiores de 15 anos), transferência de domicílio, revisão cadastral e quitação de multas eleitorais.

A programação também incluiu atividades da Escola do Legislativo. A Escola do Legislativo da ALEP participa da edição de Castro com diversas atividades, como palestras, cursos a discussões diversas sobre políticas e cidadania. **Integrantes do GT de Educação Política da OCEPAR** e das cooperativas Frísia e Capal, participaram de um Painel da Escola do Legislativo sobre responsabilidade social. O painel fez parte da programação da 'Carreta da Inovação', iniciativa que promove educação cidadã e fortalecimento da Democracia.

A próxima edição da Assembleia Itinerante acontece em Goioerê durante a 37ª ExpoGoio.

SEMANA DE ARTICULAÇÃO DE DECISÕES QUE IMPACTAM NAS ELEIÇÕES DE 2026

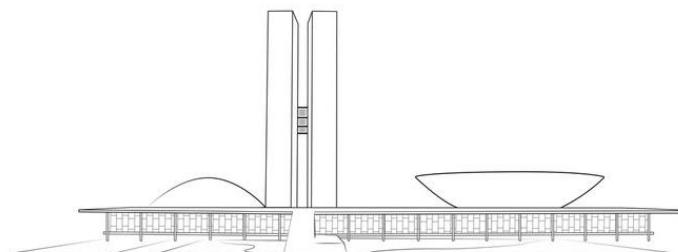
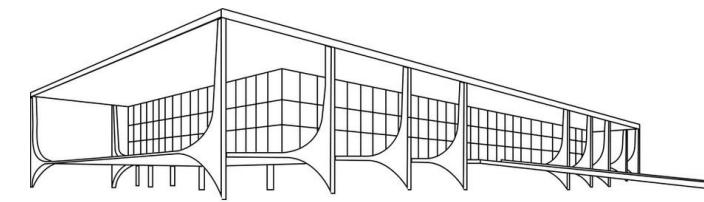
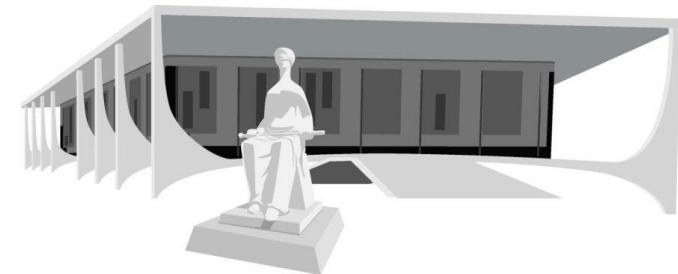
Além da forte presença da pauta econômica no segundo semestre do Legislativo nacional, **as articulações entre poderes e instituições partidárias para redefinir as regras eleitorais** para o ano que vem crescem. Os resultados dessas reformas podem alterar o jogo de poder e empoderar novos atores.

Um movimento organizado por presidentes partidários e líderes do Congresso Nacional tem articulado propostas de **mudanças no sistema eleitoral para a escolha de parlamentares**. Sob relatoria do deputado Domingos Neto (PSD-CE), ganha força a **proposta do voto distrital misto nas eleições para deputados federais, estaduais, distritais e vereadores**. Em uma reunião fechada, os presidentes Gilberto Kassab (PSD), Edinho Silva (PT), Marcos Pereira (Republicanos) e Antônio Rueda (União Brasil) conversaram sobre a necessidade de pautar uma reforma política que dê mais representatividade partidária por meio de um maior vínculo entre eleitor e parlamentar, reduzindo o tamanho dos distritos.

Segundo os presidentes, esse movimento **pretende reforçar o papel dos partidos políticos nas eleições e reduzir o favorecimento de coaches e influencers no processo eleitoral**. No voto distrital misto, adota-se o modelo híbrido que combina dois sistemas eleitorais: o majoritário e o proporcional. Países como Alemanha, Japão, México, Bolívia, Hungria, Sérvia e Nova Zelândia já usam esse formato. Resta saber se esse movimento tem força para implementar um novo sistema para as eleições de 2026 ou somente a partir de 2030.

Nesta semana, o **STF também decidiu sobre a ADI 7021**, e admitiu que, excepcionalmente, nas eleições de 2026, os partidos possam alterar sua composição ou formar nova federação antes do prazo de 4 anos previstos em lei, e estabeleceu o prazo mínimo de seis meses antes das eleições para a união de partidos em federações.

A decisão ainda **vedou a possibilidade de que partidos federados participem de blocos parlamentares distintos no Legislativo**. A decisão reforçou que, **em matéria de trabalho legislativo, a federação atua como uma só estrutura**. Essa conclusão veio no julgamento da ADI ajuizada pelo PRD, que questionava alguns pontos da lei, e o Supremo deu mérito favorável às federações partidárias como instrumento democrático válido e regular, questionado pela peça.



Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link
<https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua
sugestão e/ou opinião.

